

Eduardo Nunes Jacondino
Assessor de Avaliação Institucional

**O PROCESSO DE AVALIAÇÃO DA UNIOESTE DIANTE DO SINAES
(SISTEMA NACIONAL DE AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR) :
CONSOLIDANDO POLÍTICAS E PLANEJANDO O FUTURO INSTITUCIONAL**

**Projeto de Avaliação Institucional da UNIOESTE aprovado pelo COU – Conselho
Universitário – aos vinte e nove dias do mês de março do ano de 2005.**

CASCADEL
2005

SUMÁRIO

1. A AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL NO CONTEXTO DO PROCESSO POLÍTICO E SÓCIO-HISTÓRICO CONTEMPORÂNEO	03
1.1 A Avaliação Institucional das IES Brasileiras: Desafios e Perspectivas.....	03
1.2 Avaliação Institucional e Base Legal.....	07
2. A AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL NA UNIOESTE	11
2.1 Aprendendo com a História.....	11
2.2 Objetivos e Princípios da Avaliação Institucional da UNIOESTE.....	14
2.3 Dimensões da Avaliação Institucional.....	17
3. PROCEDIMENTOS PARA A AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL	18
3.1 A Questão da Auto-Avaliação da UNIOESTE.....	18
3.1.1 A Auto-Avaliação: Dimensões de Análise.....	20
3.1.2 Partindo dos Dados já Apontados pela Comunidade Acadêmica.....	20
3.1.3 A Avaliação a ser feita pelos Docentes e Discentes.....	21
3.1.4 A Avaliação a ser feita pelos Técnico-Administrativos.....	24
3.1.5 As pró-Reitorias.....	25
3.1.5a A Pró-Reitoria de Graduação - A Diretoria de Concursos Vestibulares.....	26
3.1.5b A Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação.....	26
3.1.5c A Pró-Reitoria de Extensão.....	27
3.1.5d A Pró-Reitoria de Administração e Planejamento – O Grupo de Planejamento e Controle (GPC) – A Diretoria de Recursos Humanos – A Diretoria de Informática.....	27/28
3.1.6 As Assessorias: Jurídica – De Convênios e Captação de Recursos – De Comunicação Social.....	29
3.1.7 A Editora e Gráfica Universitária.....	29
3.1.8 O Protocolo.....	29
3.1.9 A Divisão de Serviços.....	29
3.1.10 Os Centros e Coordenações de Curso.....	30
3.1.11 As Direções de Campus.....	30
3.1.12 O Hospital Universitário – HU.....	30
3.2 Rediscussão Interna acerca dos Indicadores.....	31
3.3 A Avaliação Externa da UNIOESTE.....	32
3.4 Cronograma de Atividades.....	33
3.5 A Questão dos Recursos.....	35
4. BIBLIOGRAFIA	
4.1 Referencial Bibliográfico Utilizado.....	36
5. ANEXOS	37
5.1 Sugestão de questões acerca das dez dimensões da auto-avaliação.....	38

1. A AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL NO CONTEXTO DO PROCESSO POLÍTICO E SÓCIO-HISTÓRICO CONTEMPORÂNEO

1.1.A Avaliação Institucional das IES Brasileiras: Desafios e Perspectivas

Desde a década de oitenta do século XX os países industrializados, e mais especificamente os países latino-americanos, têm implementado reformas significativas em seus sistemas de educação superior. Principalmente a partir da influência do processo de globalização, que trouxe novos desafios para as universidades: Ampliação de matrículas, crescimento da competitividade, internacionalização do conhecimento, necessidade de aliar conhecimento e inovação, discussão do papel das instituições de ensino superior frente aos desafios da diminuição das desigualdades sociais (SINAES, 2003, p. 13).

Para enfrentar este processo modelos de avaliação institucional foram, e têm sido, utilizados pelos mais diversos países. Modelos estes baseados, majoritariamente, em duas perspectivas de avaliação das Instituições de Ensino Superior: Uma de orientação Inglesa, em que predomina a discussão acerca da eficiência ou ineficiência das instituições de ensino superior no sentido de adaptarem-se às novas exigências sociais. Tal perspectiva aborda a educação superior enquanto fator de incremento do mercado de trabalho. Uma perspectiva de avaliação, portanto, com características eminentemente técnico-quantitativas.

Uma segunda perspectiva de avaliação da educação de Ensino Superior, de orientação Francesa, e nos parece que a UNIOESTE têm implementado processos auto-avaliativos que aproximam-se deste modelo, que discute o sentido da Universidade no interior da sociedade. Aqui os conhecimentos produzidos pelas instituições de Ensino Superior servem também como instrumentos de promoção para a cidadania. Neste sentido, é uma avaliação voltada para a reflexão do processo avaliativo e seus efeitos, sendo feita através de juízos de valor (Idem, p. 15).

O atual modelo norteador da avaliação institucional das Universidades brasileiras, o SINAES, Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior, consolidado enquanto modelo de avaliação institucional no ano de dois mil e quatro (2004), parece-nos buscar compreender, e fomentar, as políticas públicas na área da Educação Superior, contendo momentos avaliativos tais como a da auto-avaliação das

Universidades Brasileiras. Tal modelo propõe democratizar, e ampliar, o acesso ao ensino superior, principalmente no que tange às camadas menos privilegiadas da sociedade. Propõe ampliar o alcance das instituições de Ensino Superior (Públicas e Privadas), no que se refere a responsabilidade social destas. Analisando questões como a da contribuição destas instituições na promoção efetiva da inclusão social. Tal modelo propõe, ainda, que sejam melhoradas as práticas políticas de gestão institucional das Universidades brasileiras.

Como parte de uma política sócio-educacional provinda de um governo progressista, tal proposta de avaliação nos parece, a princípio, estar alicerçada em propósitos efetivos de avaliação das universidades, como forma de buscar uma reforma do Ensino Superior que não esteja voltada prioritariamente ao atendimento dos anseios do mercado; embora estes não devam ser, jamais, esquecidos pelas Universidades. O que nos diferenciaria dos demais países Latino Americanos no que tange às políticas educacionais recentemente adotadas, por estes, para o Ensino Superior.

Com Guadilla (apud MOLLIS, 2003, p. 19), observamos que as reformas da educação superior, implementadas na década de noventa (90), do século XX, por muitos países da América Latina, seguiram as diretrizes do Banco Mundial. Implementando verdadeiras ilhas competitivas voltadas para a formação de capital humano capaz de agregar competitividade às empresas instaladas nestes países.

Podemos resumir as transformações pelas quais têm passado as instituições de ensino superior da América Latina, recentemente, por inermédio dos apontamentos de Gomez (apud MOLLIS, 2003, p. 88): “Expansión de la matrícula em todos os niveles y modalidades del sistema; diversificación de tipos institucionales, funciones e fuentes de financiamiento; presencia creciente de inversión privada en la oferta de educación superior; alianzas estratégicas entre universidades, corporaciones y sector público, consorcios; nuevos modelos de distribución de recursos en las instituciones; descentralización, regionalización e internacionalización de la oferta pública y privada; acreditación y certificación de programas, establecimientos y sujetos; reforma académica y flexibilidad curricular; modelos educativos basados en el aprendizaje y en la adquisición de competencias profesionales”.

Corroborando com estas pesquisas, Trindade (apud MOLLIS, 2003, ps. 168/169), vai observar a existência de uma disputa, no que se refere às políticas para o ensino superior, entre o Banco Mundial e a UNESCO, conforme indica o documento proposto por àquele organismo, publicado em 2000 com o seguinte título: “Educação superior nos países em desenvolvimento: perigos e promessas”. Tal documento visa diluir a organização das mais variadas entidades educativas que, entre os anos de 1992 e 1998 construíram propostas para a educação de Ensino Superior consubstanciadas pela UNESCO.

Por outro lado, o mesmo autor nos adverte do impasse colocado hoje para as universidades: A pressão para formar cidadãos, profissional e cientificamente competentes, ao mesmo tempo que comprometidos com o projeto social do país; mas diante de uma ausência crescente do Estado no investimento em educação.

É o que afirma Santos (2004, p. 12), quando diz que a crise institucional vivida pelas IES públicas da América Latina e Brasileiras assenta-se na dependência financeira destas para com o Estado. Um Estado que, frente ao neoliberalismo, ausenta-se das políticas públicas educativas para o Ensino Superior.

Ainda é Santos (Idem, p. 49) que vai apontar para o fato de que o projeto de avaliação institucional das instituições de Ensino Superior, bem como os encaminhamentos dirigidos para a Reforma Universitária, devem estar ligados a uma necessária consolidação de um projeto nacional diante do mundo, agora, globalizado.

Entendemos, nesta perspectiva, que a avaliação institucional da, e na, UNIOESTE, com vistas ao desenvolvimento institucional, precisa, para se consubstanciar, partir de uma abordagem que efetivamente proceda a uma leitura dos desafios colocados à Universidade pelo atual momento histórico-social em que vivemos.

Afirmamos isto porque concordamos com Vicente de Paula Almeida Júnior (2002, ps.168/169), quando afirma que o crescente interesse, por parte do Estado, nos processos de avaliação educacional, está atrelado ao surgimento das políticas sociais¹,

¹ Políticas sociais dizem respeito às ações do governo voltadas para a (re)distribuição de benefícios sociais visando promover os indivíduos à condição de cidadãos frente às desigualdades estruturais produzidas pelo desenvolvimento sócio-econômico. São ações de natureza preventivas (medidas destinadas a produzir o mínimo de desigualdade), compensatórias (medidas destinadas a remediar desequilíbrios gerados pelo processo de acumulação) e social strito sensu (orientadas para a redistribuição de renda e benefícios sociais) (1987:58).

e mais precisamente, após a 2ª guerra mundial, à consolidação do Estado de Bem Estar Social; principalmente nos chamados Países desenvolvidos.

Neste processo as políticas avaliativas passam a incidir basicamente “*sobre a avaliação de programas, em particular sobre os processos de implementação com vistas à distribuição de recursos para determinado programa social*” (Idem, pg. 169). Este histórico processo, pelo qual passa o Estado-Nação, o Estado-Providência, também denominado de Estado-Interventor, se reflete na busca por critérios de seleção para o atendimento das crescentes demandas sociais.

Com a crise do Estado-Interventor, a partir da crise do pós-guerra, com o conseqüente advento da ideologia e da efetiva implementação das políticas neoliberais², surge o entendimento de que as políticas públicas e sociais não são mais um direito assegurado pelo Estado, mas opção de consumo individual promovido pelo mercado, através de processos competitivos e da prestação de serviços como saúde, previdência, habitação e educação. Entra em cena, então, o Estado-Avaliador.

Neste processo, as políticas de avaliação educacional que passam a ser implementadas na América Latina, e no Brasil, trazem para a agenda do Estado o problema da gestão e das questões sociais, e mais especificamente, com relação à Educação Superior, geram a diminuição das despesas públicas para o setor, adotando uma cultura de gestão baseada em mecanismos de controle e responsabilização social (AFONSO,2000:49-5, apud. ALMEIDA JÚNIOR, 2002: 173).

A expectativa, e o desafio, colocados para as Universidades em relação à avaliação interna de seus processos advém da relação indissociável entre este processo avaliativo e os condicionantes políticos e sócio-históricos, macro estruturais, que envolvem esta avaliação.

Se, por um lado, entendemos que é fundamental que se crie e desenvolva o processo avaliativo no interior das instituições de ensino superior, como instrumento de

² Segundo Chauí, a economia política neoliberal nasceu de um grupo de economistas, cientistas políticos e filósofos (entre eles Popper e Lippman), que, em 1947, reuniu-se com o austríaco Hayek e o norte americano Friedman. Este grupo se contrapunha ao surgimento do Estado de Bem Estar Social, de viés Keynesiano. Nas décadas de 50 e 60 do século XX, o grupo elaborou um projeto econômico e político que atacava o Estado Providência, afirmando que este tipo de Estado destruía a liberdade dos cidadãos e a competição, sem as quais não há prosperidade. Na década de 70, com a crise do crescimento econômico e as altas taxas de inflação, o grupo alcança enorme prestígio. Explicam que a crise acontecia porque os sindicatos pressionaram o estado por aumentos salariais insustentáveis, aumentando os encargos sociais de forma extrema, desencadeando os processos inflacionários(1999:03).

fomento para a melhoria do trabalho acadêmico desenvolvido; por outro lado entendemos que os resultados destas avaliações devem ser usados pelas respectivas instâncias governamentais de forma a que somem esforços na preservação e melhoria da qualidade da educação de nível superior oferecida no Brasil.

1.2.Avaliação Institucional e Base Legal

O termo Lei originou-se do latim: Lex, Legis, que significa *“norma, regra, norma de direito tomada pela força coercitiva do Estado. Relação constante e necessária entre fenômenos”* (CUNHA, 1982, apud FÁVERO, 1998:58). Se a Lei, como dispositivo regulatório, inibe, mas por outro lado também deixa fazer, já que a máxima jurídica diz que *“é permitido o que não é proibido por Lei”* (Idem, 1998), é preciso que se reflita sobre o significado, não só jurídico, mas sempre político, inerente a todo processo de consolidação de preceitos Legais.

Conforme nos alerta Fávero (1998, pg. 60/61), a nova Lei de Diretrizes e Bases da educação brasileira, aprovada pelo Legislativo e sancionada pelo então presidente Fernando Henrique Cardoso, em 1996, veio complementar a Constituição de 1988 e vários dispositivos legais até então em vigor que não proporcionavam uma visão integrada do Sistema Nacional de Educação.

Por outro lado a nova LDB não elucidou problemas como o concernente a articulação entre os sistemas federal, estadual e municipal de educação. Já que a Constituição de 1988, embora atribuindo competência privativa à União no concernente a legislação de diretrizes e normas para a educação nacional (art. 22, XIV), também aponta que *“compete à União, aos estados e ao Distrito federal legislar concorrentemente sobre educação, cultura, ensino e desporto”* (art. 24, IX).

A própria Lei de Diretrizes e Bases reconheceu que é competência dos gestores (Secretarias) e dos órgãos normativos (Conselhos de Educação) dos Estados, a prerrogativa para estabelecerem as diretrizes e procedimentos para o credenciamento de Instituições de Ensino Superior, bem como procederem ao reconhecimento de cursos do seu sistema. Como aponta o Art.10, é cominado aos Estados *“autorizar, reconhecer, credenciar, supervisionar e avaliar, respectivamente, os cursos das*

instituições de educação superior e os estabelecimentos do seu sistema de ensino” (inciso IV).

Talvez com este entendimento a CONAES – Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior – encaminhou, em novembro de 2004, protocolo de Intenções a ser firmando com o Fórum nacional de Conselhos Estaduais de Educação – FNCE – para implementar a colaboração/cooperação no âmbito da avaliação da Educação Superior.

Persistem, no entanto, problemas para Universidades como a UNIOESTE no que tange ao uso efetivo dos resultados do seu processo avaliativo diante do proposto pelo governo federal. Pois no Paraná, onde existe um Conselho Estadual de Educação, o processo de Avaliação e de reconhecimento e re-credenciamento de instituições está atrelado às prerrogativas Federativas de atuação do Estado. Deve, por isso, ser regulamentado de forma específica, respeitando a legislação superior.

De qualquer forma o PNE já enfatizava a importância de se garantir a qualidade do ensino ministrado pelas IES brasileiras, e por isso afirma ser *“indispensável melhorar a qualidade do ensino oferecido, para o que constitui instrumento adequado à institucionalização de um amplo sistema de avaliação associada à ampliação dos programas de pós-graduação, cujo objetivo é qualificar os docentes que atuam na educação superior”* (SINAES, 2004:31-32).

Nunca é demais salientar a criação da LEI nº 10.861, de 14 de Abril de 2004, que institui o SINAES, e que conforme consta no próprio documento criado para regulamentar a LEI, surge com o objetivo de ***“assegurar processo nacional de avaliação das instituições de educação superior, dos cursos de graduação e do desempenho acadêmico de seus estudantes. Tendo por finalidades a melhoria da qualidade da educação superior, a orientação da expansão de sua oferta, o aumento permanente da sua eficácia institucional e efetividade acadêmica e social, especialmente, a promoção do aprofundamento dos compromissos e responsabilidades sociais das instituições de educação superior”*** (grifos nossos).

No que concerne ao processo avaliativo das IES Públicas do Paraná, foi criada por intermédio do Decreto Estadual nº 2856, a Comissão Especial de Avaliação do Sistema Estadual de Educação Superior do Paraná. Tal Decreto, criado no “espírito” do SINAES, propôs desenvolver mecanismos avaliativos das atividades de

ensino, pesquisa e extensão desenvolvidas pelas IES Estaduais de Ensino Superior. O que demonstra a vontade política, por parte do governo do estado do Paraná, no sentido de exercer a função que lhe cabe, enquanto gestor da educação superior deste Estado.

Ainda com relação a relação integrada entre União e Estados, no que concerne a Educação Superior no Brasil, cabe ressaltar que diante do encaminhamento do Anteprojeto de Lei do Ministério da Educação, de 06 de dezembro de 2004, que visa estabelecer normas gerais para a Educação Superior no Brasil, regulamentando o sistema federal; a ABRUEM – Associação Brasileira dos Reitores das Universidades estaduais e Municipais - por intermédio de documento, o Ofício 031/05, datado de 14 de fevereiro de 2005, sugere emenda à versão preliminar do referido Anteprojeto, apontando para duas questões:

1. o respeito à autonomia federativa dos Estados quanto aos Sistemas Estaduais de Ensino Superior;
2. a participação da União no seu financiamento.

Tal documento sugere a inclusão, no referido anteprojeto, do Título III, renominando-o da seguinte forma: “Dos Sistemas estaduais da Educação Superior”. Nas disposições gerais, mais precisamente no Art. 84, parágrafo único, afirma que os Conselhos Estaduais de Educação são os órgãos normativos dos Sistemas Estaduais de Educação Superior, bem como as Secretarias Estaduais de Educação são os órgãos executivos deste Sistema de Educação Superior.

No mesmo sentido, já no Art. 85, afirma o documento que compete aos Sistemas Estaduais de Educação Superior a definição das normas aplicáveis ao funcionamento das instituições de Educação Superior, especialmente as pertinentes a autorização, reconhecimento, credenciamento, supervisão, avaliação.

No capítulo II, denominado: “Do financiamento das Instituições de Ensino Superior, Públicas, Municipais e Estaduais”, o Art. 87 vai afirmar que a União participará do financiamento das instituições de ensino Superior, públicas, Estaduais e Municipais que celebrarem com o MEC compromisso de aumento anual do número de vagas, destinando-lhes anualmente dotação orçamentária a ser definida tomando por base o

número de alunos matriculados em cursos de graduação, cursos seqüenciais e programas de mestrado e doutorado no ano anterior.

Tal documento vem ainda ressaltar o fato de que a Constituição federal de 1988 aponta, em seu **Art. 211** (grifo nosso), que a União, os Estados, o Distrito federal e os Municípios organizarão em regime de colaboração seus sistemas de ensino.

Já no § 1º, da referida Constituição, lembra o documento da ABRUEM, consta que a União organizará o sistema federal de ensino... financiará as instituições de ensino públicas federais e exercerá, em matéria educacional, função redistributiva e supletiva, de forma a garantir a equalização de oportunidades educacionais e padrão mínimo de qualidade do ensino mediante **assistência técnica e financeira aos Estados, ao Distrito Federal e as municípios** (grifo nosso).

Nota-se que a consolidação efetiva de um sistema nacional de ensino, no Brasil, integrado, mas que respeite as devidas instâncias federativas, ainda encontra problemas para sua efetivação. De qualquer forma o processo de avaliação institucional das IES brasileiras parece avançar em importância e utilização, devido ao fato de ser o instrumento-chave para que as universidades públicas respondam às obrigações da busca permanente, e inadiável, da qualidade das atividades acadêmicas, bem como do aprimoramento constante de suas formas de planejamento e gestão, como forma de contemplar a necessária prestação e contas à sociedade.

Afirmamos com isto que se torna inevitável, hoje, por parte das IES, a utilização de processos avaliativos. Não só para atender às exigências por parte do Estado, mas principalmente para que consolide, internamente, seus mecanismos de verificação do desenvolvimento científico e sócio-cultural gerado por estes instrumentos.

2. A AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL NA UNIOESTE

2.1. Aprendendo com a História

No Brasil as experiências de avaliação institucional podem ser resumidas da seguinte forma: A primeira proposta de avaliação da Educação Superior, o PARU, Programa de Avaliação da Reforma Universitária, de 1983, versou sobre as questões da gestão e produção/disseminação de conhecimento nas Instituições de Ensino Superior – IES - do país. A partir de 1985 surge o Grupo GERES, Grupo Executivo para a Reforma da Educação Superior, com preocupação acerca dos recursos públicos a serem investidos nas Universidades.

No início dos anos 90, mais precisamente em 1993, surge o PAIUB, o Programa de Avaliação Institucional das Universidades Brasileiras, tendo como princípio a adesão voluntária das Universidades brasileiras. Processo que pretendia complementar as auto-avaliações das IES com processos externos de avaliação.

O PAIUB, pelo menos no seu início, foi bem aceito por grande parte das Universidades, pois democratizou as discussões acerca dos rumos do Ensino Superior no Brasil. Mas entendemos ser importante salientar que este mesmo programa de avaliação passou por uma série de mudanças, gerando inúmeras discussões (entre as Universidades e o Governo Federal), bem como acabou gerando uma série de propostas em relação ao tipo de avaliação a ser adotado pelas, e nas, IES Brasileiras.

Especificamente com relação a UNIOESTE observa-se que a avaliação institucional tem sido objeto de discussões desde os anos 1990. Tendo em vista o reconhecimento, por parte da comunidade acadêmica, desde aquela época, de que é um instrumento efetivo para a tomada de decisões sobre os rumos da Universidade (COLOGNESE, 2002, p. 15).

No período pré-reconhecimento da UNIOESTE (que ocorreu em dezembro de 1994), houve um incremento das discussões acerca do perfil institucional, acerca dos objetivos institucionais, enfim, acerca dos temas diretamente ligados a avaliação institucional. Um esboço de projeto de avaliação institucional, inclusive, foi encaminhado nesta época (Idem, p. 15).

No ano de 1996 foi realizado o Planejamento Estratégico da UNIOESTE. Este trabalho demonstrou ser, a avaliação institucional, um instrumento fundamental no processo do Planejamento Estratégico. O COU, Conselho Universitário, através da Resolução 037/97, instituiu a “Comissão para Operacionalização do Programa de Avaliação Institucional da Unioeste”, tendo sido designados os componentes da referida Comissão, através da Portaria nº 351/98-GRE. (EMER, 1998, p. 24).

Os anos de 1998 e 1999 foram significativos no que tange ao trabalho de avaliação institucional da UNIOESTE. Sendo discutidas questões, num primeiro momento, como: objetivos, concepções e a metodologia da avaliação institucional. Num segundo momento foram realizadas sistematizações provisórias da auto-avaliação da UNIOESTE, efetivada pelos colegiados de curso, departamentos e centros da Universidade (EMER, 1999). Apesar do avanço significativo alcançado por intermédio deste trabalho, o processo de avaliação institucional da UNIOESTE foi mais uma vez interrompido, não se firmando como estável, regular e permanente.

Já com o novo processo de discussão acerca do Planejamento Estratégico da UNIOESTE, ocorrido no ano de 2000, volta a avaliação institucional a ser considerada elemento essencial no interior do processo de consolidação de um projeto de Universidade. Uma Universidade com características muito singulares, *multicampi*, com uma abrangência significativa nas regiões Oeste e Sudoeste do Paraná (contribuindo sobremaneira para levar o Ensino Superior, público, para o interior do Estado do Paraná e, ainda, abarcando número significativo de estudantes que residem na região Oeste do Estado de Santa Catarina e que buscam o ensino superior, não pago).

Ainda com relação ao ano de 2000, anota-se o fato de que foi realizado em Cascavel o “I encontro Paranaense de Avaliação Institucional”, que reuniu representantes das Universidades Estaduais do Paraná (COLOGNESE, 2002, p. 16).

Entre os anos de 2001 e 2003, passa a UNIOESTE novamente por um processo de auto-avaliação. Trabalho que sistematiza (COLOGNESE, 2003) uma série de informações e indicadores quantitativos acerca da vida institucional. Mais precisamente sobre ensino, pesquisa, extensão, organização e objetivos institucionais, ambiente de trabalho e relações pessoais, comunicação e informação institucionais na UNIOESTE.

Estes dois trabalhos, até então efetuados na UNIOESTE, relacionados à Avaliação, coordenados respectivamente pelas equipes dos professores IVO VOSS EMER (1998/1999), e SILVIO COLOGNESE(2001/2003), atenderam ao PAIUB – Programa de Avaliação Institucional das Universidades Brasileiras.

Em 2004, já atendendo às orientações do SINAES – Sistema Nacional de Avaliação da Educação de Ensino Superior - foram encaminhadas, por intermédio da resolução 028/04- COU, as composições da Comissão Central Permanente de Avaliação Institucional da UNIOESTE e das Comissões Setoriais de avaliação institucional desta Universidade. Num processo de avanço no que se refere à institucionalização do processo de auto-avaliação de nossa Universidade.

Afirmamos isto porque entendemos que um processo contínuo de avaliação, na UNIOESTE, só se firmará se fizer parte efetiva da estrutura desta Universidade. Estando ligada, indissociavelmente, aos mecanismos e estrutura administrativa e de planejamento desta instituição. Superando a composição, até agora vigente, de assessorais e, mesmo, de comissões, para sua efetivação. Pois a história nos tem mostrado as dificuldades para a realização dos trabalhos relativos à auto-avaliação da UNIOESTE, quando dependem do trabalho de uma única pessoa, o assessor de avaliação; bem quando dependem do trabalho de comissões que, efetivamente, não conseguem efetuar um trabalho contínuo e mais prolongado.

De qualquer forma entendemos que avanços têm sido alcançados, na UNIOESTE, no que se refere aos seus processos avaliativos. Contamos, hoje, por exemplo, com um espaço institucional específico para a assessoria de avaliação institucional, que se por um lado não resolve definitivamente a condição da avaliação no interior da instituição – como afirmamos acima – pelo menos avança no sentido de demonstrar que uma cultura institucional, de avaliação dos processos acadêmicos, está em andamento.

Este é um processo importante para a UNIOESTE, entendemos, porque a avaliação, como nos diz Dias Sobrinho (2002), é “*plurirreferencial*”, pois apresenta significados e sentidos múltiplos, de acordo com os valores que defende, de acordo com quem os defende, com determinada intencionalidade, conforme a base que a fundamenta, bem como conforme a função que pretende obter e, por fim, de acordo

com os destinatários que procura atingir. Ou seja, a avaliação traduz a complexidade, e a conseqüente riqueza existente no interior da Universidade. Contribuindo para que, no seu processo, a comunidade acadêmica aprofunde o seu olhar sobre suas atividades-fim.

Justamente por suas características, complexas, é que a avaliação na UNIOESTE só será democraticamente utilizada pela própria comunidade acadêmica. Pois somente desta forma atingirá seu objetivo central, que é servir de instrumento para elucidar os avanços, estrangulamentos e desafios a serem enfrentados pela instituição.

Neste sentido é importante ressaltar o fato de que é preciso que avancemos, na UNIOESTE, para a implementação de um núcleo de avaliação institucional, talvez Omo parte indissociável da Pró-Reitoria de Administração e Planejamento, gerando possibilidades efetivas para o permanente processo avaliativo de nossa universidade. O que nos possibilitará consolidar, para além dos projetos governamentais de avaliação das IES do País, um trabalho auto-avaliativo consubstanciado numa necessária cultura institucional de verificação de objetivos, metas, análises macro-estruturais, etc, que envolvem nossa instituição e que, permanentemente, nos façam questionar as perspectivas acadêmicas diante de um mundo em rápida transformação.

2.2. Objetivos e princípios da Avaliação Institucional da UNIOESTE

Os objetivos que têm norteado os processos de Avaliação Institucional da UNIOESTE, até agora implementados, ratificados pela Resolução 028/2004-COU, são os seguintes:

a) Subsidiar a comunidade acadêmica para o planejamento e a tomada de decisões no processo de melhoria da qualidade nas diversas dimensões da vida universitária;

b) Conhecer em profundidade as características, carências, possibilidades e potencialidades da instituição a fim de orientar a correção de rumos e o redimensionamento do desenvolvimento da Unioeste;

c) Contribuir para a definição de políticas e a construção de uma cultura institucional de valorização da avaliação como pré-requisitos para o planejamento do desenvolvimento da universidade;

d) Desenvolver um processo criativo de auto-reflexão permanente entre a comunidade acadêmica para a melhoria da qualidade do saber acadêmico, administrativo e para a cidadania;

e) Promover a transparência pela divulgação do diagnóstico da universidade em relação a processos e atividades acadêmicas e administrativas;

f) Possibilitar a reflexão constante dos objetivos institucionais, a fim de sintonizar a Unioeste com os desafios, anseios e necessidades do mundo contemporâneo e da sociedade;

g) Produzir um sistema de informações quantitativas e qualitativas para o acompanhamento da trajetória de desenvolvimento da qualidade institucional;

h) Desencadear um processo pedagógico de aprendizado do saber/fazer acadêmico, contemplando a avaliação interna e a avaliação externa da universidade e o relacionamento dialético entre a avaliação e o planejamento institucional.

Não se pode falar dos objetivos de um processo avaliativo se não compreendemos os princípios norteadores daqueles objetivos e das conseqüentes ações avaliativas. No documento SINAES - Sistema nacional de Avaliação da Educação Superior – aparecem princípios, apontados como fonte de sustentação dos trabalhos de avaliação da educação de ensino superior. Apresentaremos estes princípios, de forma sucinta, logo abaixo:

1) Educação é um direito social e dever do Estado: Dado seu caráter social, uma instituição educativa deve prestar contas à sociedade, mediada pelo Estado, do cumprimento de suas responsabilidades. Especialmente no que se refere à formação acadêmico-científica, profissional, ética e política dos cidadãos, à produção de conhecimentos e promoção do avanço da ciência e da cultura.

2) Valores Sociais Historicamente determinados: As instituições de Educação Superior devem solidariamente produzir os meios para o desenvolvimento sustentado do País e a formação dos cidadãos de uma dada sociedade, de acordo com as pautas

valorativas hegemônicas nas relações de forças sociais e políticas de um determinado momento histórico.

3) Regulação e Controle: Cabe aos organismos de governo e às instituições educativas elaborar diagnósticos gerais sobre a qualidade, a relevância social e científica, a equidade, a democratização do acesso, o desenvolvimento da produção científica, artística e tecnológica, a formação segundo critérios do trabalho e da cidadania, etc, no âmbito da educação superior. Construindo uma outra lógica acerca da avaliação, para que seja, esta, uma prática formativa e construtiva.

4) Prática Social: A avaliação educativa distingue-se do mero controle, pois seus processos de questionamento, conhecimento e julgamento se propõem principalmente a melhorar o cumprimento dos compromissos institucionais, por meio da elevação da consciência pedagógica e da capacidade profissional dos docentes, da produção de conhecimentos e da análise crítica do conjunto de práticas e dinâmicas institucionais.

5) Respeito à identidade e à diversidade institucionais em um sistema: A identidade institucional não é um pré-dado, é uma construção que tem a ver com a história, as condições de produção, os valores e objetivos da comunidade, as demandas concretas, as relações interpessoais. Portanto, a avaliação deve estabelecer um elo de ligação entre o específico institucional e o sistema de Educação Superior. O respeito à identidade não significa isolamento institucional, e sim condição para a solidariedade interinstitucional.

6) Globalidade: A avaliação deve ser entendida como multidimensional e polissêmica. Não pode se prender a um só ou a poucos de seus aspectos, sem articulação.

7) Legitimidade: A avaliação precisa ter legitimidade ética e política, assegurada pelos seus propósitos pró-ativos, respeito a pluralidade, participação democrática e também pelas qualidades profissionais e cidadãos de seus atores.

8) Continuidade: Nas avaliações permanentes e internalizadas como cultura de melhoramento e emancipação, a comunidade educativa assume de modo ativo as suas responsabilidades na construção da educação comprometida com os interesses e valores da sociedade.

É fundamental que a comunidade acadêmica da UNIOESTE discuta, o mais profundamente possível, o sentido de seus processos avaliativos. Somente desta forma, assumindo a avaliação enquanto instância institucional, esta mesma avaliação desenvolver-se-á enquanto processo profícuo e capaz de contribuir para o crescimento qualitativo dos fazeres científico-acadêmicos de nossa instituição.

Mais do que atender a políticas governamentais, devemos nós, que fazemos a UNIOESTE, amadurecer as análises acerca dos princípios, que precisam ser duradouros, e que devem sedimentar uma necessária cultura auto-avaliativa, permanente, em nossa instituição. Pois se é certo que uma instituição não se constrói, não se sedimenta, sem financiamento e apoio do Estado, seu mantenedor; por outro lado não se sustenta sem a permanente construção de programas e ações coerentes com sua condição, e missão, institucional.

2.2. Dimensões da Avaliação Institucional

Numa perspectiva que pretende avaliar a totalidade das instituições de ensino superior brasileiras, o SINAES aponta dez dimensões para a auto-avaliação das Universidades. Na UNIOESTE o processo de auto-avaliação procurará incidir sobre estas dimensões, conforme corrobora a RESOLUÇÃO 028/2004 - COU; mas partindo de um diagnóstico já existente em nossa Universidade, decorrente do último processo avaliativo. Processo cujos resultados, publicados em 2003, foram por nós sistematizados em 2004.

Os dez itens, para a auto-avaliação, propostos pelo SINAES, são os seguintes:

I- a missão e o plano de desenvolvimento institucional;

II- a política para o ensino, a pesquisa, a pós-graduação, a extensão e as respectivas formas de operacionalização, incluídos os procedimentos para estímulo à produção acadêmica, as bolsas de pesquisa, de monitoria e demais modalidades;

III- a responsabilidade social da instituição, considerada especialmente no que se refere à sua contribuição em relação à inclusão social, ao desenvolvimento econômico e social, à defesa do meio ambiente, da memória cultural, da produção artística e do patrimônio cultural;

IV- a comunicação com a sociedade;

V- as políticas de pessoal, as carreiras do corpo docente e do corpo técnico-administrativo, seu aperfeiçoamento, desenvolvimento profissional e suas condições de trabalho;

VI- organização e gestão da instituição, especialmente o funcionamento e representatividade dos colegiados, sua independência e autonomia na relação com o Estado, e a participação dos segmentos da comunidade universitária nos processos decisórios;

VII- infra-estrutura física, especialmente a de ensino e de pesquisa, biblioteca, recursos de informação e comunicação;

VIII- planejamento e avaliação, especialmente os processos, resultados e eficácia da auto-avaliação institucional;

IX- política de atendimento aos estudantes;

X- sustentabilidade financeira, tendo em vista o significado social da continuidade dos compromissos na oferta da educação superior.

3. PROCEDIMENTOS PARA A AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL

3.1 A Questão da Auto-Avaliação da UNIOESTE

Como pudemos observar na parte em que tratamos do histórico da avaliação institucional, várias discussões e propostas têm sido consolidadas no tocante às dimensões para um processo avaliativo das instituições de Ensino Superior. Observando os pontos de convergência entre elas constatamos que tendem a incidir sobre as atividades-fim das Universidades: Ensino, pesquisa e Extensão. Bem como incidem, também, sobre os meios necessários para a realização daqueles fins: Gestão e infraestrutura.

Na perspectiva do SINAES a avaliação institucional, além de apontar dez (10) dimensões de análise, abarca também várias etapas para a consecução do processo avaliativo. Sendo, a auto-avaliação, uma destas etapas (grifo nosso). As outras etapas compreendem o ENADE – Exame Nacional de Desempenho de Estudantes – bem como os dados do CENSO, anualmente encaminhados, pelas Universidades, ao INEP; a avaliação externa, que será realizada por docentes de outras instituições, cadastrados pelo INEP.

Cabe ressaltar aqui o fato de que na minuta de documento, proposto pelo Conselho Estadual de Educação do Estado do Paraná, em 2004, justamente sobre o Ensino Superior deste Estado, e que está em discussão desde então, existe um item específico sobre a avaliação institucional das Universidades Estaduais. Mesmo sendo uma minuta, o documento deixa claro que a perspectiva, por parte do Conselho Estadual, é a de absorver, na íntegra, a perspectiva do SINAES. Salientando a importância da avaliação dos itens: ensino, pesquisa e extensão.

Questão importante a ser anotada é que o Conselho Estadual de educação, mesmo adotando os parâmetros de avaliação do SINAES, têm se reservado o direito de realizar as avaliações externas das IES do Estado.

Na UNIOESTE, como já afirmamos, a RESOLUÇÃO 028-COU normatizou a composição das equipes para a operacionalização dos trabalhos de auto-avaliação. Na perspectiva do SINAES, a citada Resolução instituiu a Comissão Central Permanente de avaliação institucional (CPA), responsável pela coordenação dos trabalhos da auto-avaliação. Além desta comissão, e pelo fato da UNIOESTE ser uma universidade *multicampi*, a mesma Resolução também instituiu as Comissões Setoriais de avaliação (uma em cada Campi da UNIOESTE, uma no Hospital Universitário e uma na Reitoria). Tendo em vista a necessidade de um trabalho *em rede* para que o trabalho de auto-avaliação da UNIOESTE possa efetivamente ser consolidado.

Neste sentido o trabalho da Assessoria de avaliação da UNIOESTE desde o ano de 2004, mais precisamente desde agosto de 2004, tem empreendido esforços no sentido de consolidar as respectivas comissões, bem como tem trabalhado com o intuito de “conscientizar” a comunidade acadêmica, em todas as suas instâncias, diante do processo de auto-avaliação.

O que temos afirmado, com toda a segurança, é que o trabalho de auto-avaliação da UNIOESTE só poderá ser feito pela própria comunidade acadêmica. Um trabalho instrumentalizado pelas comissões internas à universidade, mas que efetivamente só poderá ser realizado, insistimos, por quem faz esta universidade: Docentes, Discentes e Técnicos-Administrativos.

Nenhum processo avaliativo será legítimo, se não for aceito e desenvolvido pela comunidade que, efetivamente, é quem realiza a avaliação.

3.1.1. Auto-avaliação: Dimensões de Análise:

O processo de auto-avaliação da UNIOESTE terá como foco as dez (10) dimensões apontadas pelos SINAES e já elencadas em capítulos anteriores. É importante, mais uma vez, salientar que o próprio Conselho Universitário (COU) deliberou favoravelmente a este respeito. Diante disto, o objetivo é montar um sistema de informações quantitativas e qualitativas sobre o desempenho institucional relacionado a cada um destas dimensões. As avaliações devem estar direcionadas mais especificamente aos anos de 2003 e 2004.

3.1.2. Partindo dos dados já apontados pela comunidade:

Além disso, entendemos que o produto, relatório, de avaliações anteriormente realizadas na UNIOESTE, mais especificamente as sistematizadas pela equipe do professor Silvio Colognese, em 2003, deve ser utilizado no atual processo de auto-avaliação a ser desenvolvido. Já que este relatório, por nós sistematizado, contém uma série de apontamentos acerca das dimensões-fim da UNIOESTE, num período histórico recente (2000 e 2001). Atividades-fim que, mais uma vez, voltam a ser objeto de análise.

Ainda, os questionários aplicados à comunidade acadêmica, em 2002, pela equipe citada, traduz as percepções desta comunidade acerca de uma série de dimensões da vida institucional da UNIOESTE. Dimensões que, mesmo não sendo necessariamente as mesmas trabalhadas agora pelo SINAES, atendem a importantes itens dentre estas dimensões.

Creemos ser importante a utilização deste diagnóstico, o relatório final deste trabalho, em primeiro lugar como uma possibilidade de darmos um retorno para a comunidade acadêmica a respeito daquilo que esta mesma comunidade apontou, sinalizou, para a UNIOESTE. Em segundo lugar entendemos que, à partir disso, é possível que esta mesma comunidade discuta e aponte, qualitativamente (ou seja, não mais à partir de respostas dadas diante de um questionário fechado, de múltipla escolha; mas sim que discuta efetivamente, nos colegiados de curso, etc.), sobre as condições, e sobre as possibilidades, para o desenvolvimento da UNIOESTE.

Vale registrar que a sistematização que fizemos do relatório efetuado pelo então Assessor, professor Dr. Silvio Colognese, estará disponível para toda a comunidade acadêmica, sob forma de cópia, anexa a este projeto.

Mais uma vez reiteramos o fato de que pretendemos que o atual processo de auto-avaliação da UNIOESTE se efetue não mais, apenas, por intermédio de dados quantitativos apenas (caso dos questionários, importantes mas geralmente distantes das análises mais profundas sobre as questões respondidas); mas qualitativamente (por intermédio de fóruns, debates,etc, realizados pela comunidade acadêmica), sobre as dimensões de análise acerca da UNIOESTE.

Também salientamos o fato de que se não houver o entendimento, por parte da comunidade acadêmica, acerca da sua insubstituível e fundamental participação em relação a este trabalho, não haverá um avanço significativo em relação ao processo auto-avaliativo na UNIOESTE.

Cabe, ainda, lembrar aqui que todas as Universidades Estaduais do estado do Paraná, bem como as faculdades Isoladas Públicas do Estado do Paraná estão adotando a perspectiva do SINAES como modelo norteador de seus processos avaliativos. Sistema este em vigor não apenas enquanto política proposta pelo MEC-Governo Federal, mas também consubstanciado, enquanto modelo de avaliação, pelo Conselho Estadual de Educação e referendado pela SETI.

Este “movimento” não impede que o processo auto-avaliativo da UNIOESTE se dê em conformidade com sua trajetória, e entendemos que por isso deve apontar a condição institucional vivida no presente, relacionada muito fortemente com problemática diminuição de recursos financeiros.

3.1.3. A avaliação a ser feita pelos docentes e discentes:

Como a vida acadêmica está diretamente ligada ao dia-a-dia dos cursos e suas respectivas coordenações, entendemos que a primeira dimensão a ser analisada - dimensão esta não diretamente elencada pelo SINAES, mas que perpassa todos as demais dimensões, dados, acerca da vida institucional da UNIOESTE – deve ser o curso de **Graduação e de Pós-Graduação** no qual trabalha cada professor e estuda cada discente. Questões relacionadas a esta dimensão aparecem nas sugestões de

questões, para discussão, no item ensino. Estas sugestões, insistimos, devem ser entendidas justamente enquanto idéias balizadoras das discussões-propostas.

Se o docente trabalhar em mais de um curso, é importante que participe das discussões acerca de cada um, tendo em vista as especificidades de cada área e de cada curso.

Tendo como pano de fundo a análise do curso de graduação e de Pós-Graduação ao qual está ligado, os docentes e discentes avaliarão a UNIOESTE com relação as dez (10) dimensões elencadas pela RESOLUÇÃO 028/2004-COU; que são as mesmas do SINAES. Este trabalho, assim entendemos, deve ser efetuado pelos, e nos, colegiados de curso, com o apoio das respectivas coordenações de curso e centros acadêmicos. É claro que se os docentes e discentes de um determinado Campus da UNIOESTE, por exemplo, entenderem que é melhor discutir a universidade a partir de Fóruns que agreguem toda a comunidade, e não por curso separadamente, fica a critério da comunidade. Também, se os centros acadêmicos de um determinado Campus, outro exemplo, entenderem que é melhor realizarem separadamente, num primeiro momento, as suas análises-discussões-propostas, sobre as dimensões da avaliação, é uma decisão legítima que cabe a esta categoria.

Um rol de sugestões, questões, acerca de cada uma das dimensões de análise está inserida neste projeto, como anexo, para servir como material de apoio aos trabalhos de auto-avaliação.

Ressaltamos o fato de que todo o processo avaliativo deverá estar direcionado para uma perspectiva institucional, e não para análises personalizadas e, ou, individualizadas.

Além deste processo auto-avaliativo qualitativo, assim o denominaremos; é importante que cada docente informe à Direção de Centro a qual está ligado, questões quantitativas tais como: Número de publicações (Livros, capítulos de Livros, artigos em periódicos internacionais, nacionais e regionais), palestras, cursos ministrados, mesas redondas, assessorias, projetos de pesquisa e, ou, extensão, participação em grupos de pesquisa na, e fora da UNIOESTE, etc, desenvolvidas entre os anos de 2003 e 2004. Ou seja, nos dois anos anteriores ao da realização deste levantamento.

Cabe às coordenações de curso gestionar estas informações, no que tange ao ensino. E aos Centros aos quais estão ligados os discentes, gestionar as informações relativas à pesquisa e à extensão. Os Centros devem também, após a coleta de todo o material, encaminhar estas informações para as Comissões Setoriais de Avaliação. Que auxiliarão nestes trabalhos.

A responsabilidade pela realização dos trabalhos de **auto-avaliação** ficará por conta das coordenações de curso e centros acadêmicos (que construirão relatório das atividades, das discussões-propostas, levantadas pela comunidade acadêmica sobre as dez dimensões balizadoras da auto-avaliação). Este trabalho terá o acompanhamento direto das Comissões Setoriais de auto-avaliação (criadas e legitimadas, com este objetivo, pela resolução 028-2004/COU); e que serão responsáveis, por sua vez, pela **sistematização** das análises-propostas, por parte da comunidade acadêmica, acerca das dimensões de avaliação.

Após esta sistematização, as Comissões Setoriais de Avaliação encaminharão os documentos para a Comissão Central permanente de Avaliação da UNIOESTE (também criadas pela RESOLUÇÃO 028-2004/COU).

Importante ressaltar o fato de que todo o processo deve ficar registrado (as reuniões que acontecerão, com as datas, locais e nomes dos participantes), por parte das Comissões Setoriais,

Por deliberação do Conselho Universitário, na aprovação do presente projeto de avaliação da UNIOESTE, convencionou-se adotar também, como instrumento de auto-avaliação, questionários. Questionários que devem retratar as questões elencadas pelas dez dimensões de avaliação. O que significará a adoção de dois instrumentos para a realização da auto-avaliação por parte da comunidade acadêmica da UNIOESTE. Um primeiro instrumento efetivado pelos fóruns, debates, por setores da Universidade; e um segundo instrumento que se dará pela aplicação dos questionários.

Neste sentido cabe salientar que a responsabilidade pela confecção padronizada destes questionários (de múltipla escolha, fechados), bem como a posterior realização de leitura ótica dos mesmos, será do Setor de Informática da UNIOESTE. E deste modo serão aplicados os respectivos questionários na seguinte proporção: a totalidade dos docentes; a 25% dos discentes, tomados aleatoriamente, e a totalidade dos técnicos-

administrativos. A responsabilidade pela aplicação destes questionários e pela guarda dos mesmos ficará com as Comissões Setoriais de Avaliação.

No caso da aplicação dos questionários, salientamos o fato de que o modelo (sob forma de sugestões para as discussões acerca dos indicadores a serem avaliados pela comunidade acadêmica), que aparece ao final do presente projeto de avaliação, sob forma de anexo I, servirá como base para a construção dos questionários.

Sugestões de material-base para os trabalhos: A sistematização, que consta neste projeto como anexo II, do último relatório de avaliação institucional da UNIOESTE (mais especificamente a parte relacionada ao ensino, pesquisa e extensão); O Projeto Político Pedagógico dos cursos (PPP); As diretrizes Curriculares Nacionais; o Planejamento Estratégico da UNIOESTE de 2000 (onde consta a Missão da UNIOESTE).

3.1.4. A avaliação a ser feita pelos técnico-administrativos:

Os técnico-administrativos realizarão fóruns, debates (reunidos por setor de atividade ou em sua totalidade, por Campus e Reitoria), acerca das dez dimensões de avaliação. Além de responderem, também, aos questionários. A responsabilidade pela organização deste trabalho (fóruns), será das respectivas Direções de Campi, apoiadas pela seção de recursos humanos. No caso das discussões efetuadas pelos servidores da Reitoria, a responsabilidade será da Pró-Reitoria de Administração e Planejamento, conjuntamente com a Diretoria de Recursos Humanos.

Tais instâncias da UNIOESTE, citadas como responsáveis pela sistematização dos trabalhos (PRAP e Diretoria de RECURSOS Humanos), devem anotar: os dias de realização dos encontros, lista de presenças; bem como coordenar as equipes responsáveis pelas realizações dos relatórios acerca das avaliações, efetuadas pelos técnicos, relacionadas aos dez (10) itens da auto-avaliação. Relatórios estes que devem ser encaminhados às Comissões Setoriais de Avaliação, que acompanharão, auxiliarão, neste trabalho,

As Comissões Setoriais de Avaliação, tendo os relatórios em mãos, efetuarão uma sistematização do que foi arrolado pelos técnicos-administrativos, em suas discussões; e encaminharão esta sistematização, conjuntamente com os demais

documentos, para a Comissão Central Permanente de Avaliação Institucional da UNIOESTE.

Além deste trabalho qualitativo, de auto-avaliação das dez (10) dimensões que serão observadas, os técnico-administrativos também devem encaminhar para a respectiva seção de recursos humanos a qual estão ligados, informações quantitativas acerca de: cursos de aperfeiçoamento (palestras, cursos, assessorias, cursos *Lattu e Stritu Sensu* e sua respectiva área, participação em projetos de pesquisa, participação em projetos de extensão, participação em grupos de pesquisa, etc) desenvolvidos entre os anos de 2003 e 2004. A coleta e envio destas informações (envio que deve ser feito para as Comissões Setoriais de Avaliação de cada campus e, no caso da Reitoria, para a Comissão Setorial de avaliação da Reitoria), é de responsabilidade das respectivas seções de recursos humanos.

Sugestões de material-base para os trabalhos: A sistematização do último relatório de avaliação institucional da UNIOESTE; o Planejamento Estratégico da UNIOESTE de 2000 (onde consta a Missão da UNIOESTE).

3.1.5. As Pró-Reitorias:

Atualmente as pró-reitorias da UNIOESTE têm trabalhado no sentido de **preencher planilhas com dados referentes a uma série de questões atreladas a vida acadêmica**. Tais planilhas têm sido construídas, desde o segundo semestre de 2004, pela Comissão Especial de Avaliação do Estado do Paraná, criada pelo Decreto 2845/2004, já citado. Os dados solicitados se reportam as atividades desenvolvidas nos anos de 2003 e 2004. A idéia é que os diagnósticos, atrelados aos dados quantitativos a serem encaminhados para as Comissões Setoriais de Avaliação, por parte destas Pró-Reitorias, estejam baseados nestas informações já repassadas ou por concluir.

É possível que outros dados sejam solicitados às pró-Reitorias, conforme a necessidade. Para a compilação destes dados é preciso a colaboração dos Centros Acadêmicos, Coordenações de Curso e Secretarias Acadêmicas.

Além deste trabalho quantitativo, prestando informações, diagnósticos, da vida institucional; **cada Pró-Reitoria deverá efetuar uma auto-avaliação** de seus trabalhos até agora realizados. Mesmo que na UNIOESTE o(a)s atuais Pró-Reitore(a)s e suas respectivas equipes tenham assumido suas funções em janeiro de 2004, sendo este o

ano-base de suas análises, em termos de propostas de atuação e atividades até agora realizadas; é importante uma reflexão de como encontrava-se a situação de suas respectivas Pró-Reitorias quando assumiram. Contemplando os anos de 2003 e 2004, portanto.

As auto-avaliações das Pró-Reitorias devem estar embasadas no Planejamento Estratégico da UNIOESTE de 2000 e no diagnóstico que aparece no último relatório de avaliação da UNIOESTE, por nós sistematizado.

Os trabalhos, sob responsabilidade dos Pró-Reitores, devem ser encaminhados a Comissão Setorial de Avaliação da Reitoria, que sistematizará os apontamentos e os repassará para a Comissão Central Permanente de Avaliação.

3.1.5a. A Pró-Reitoria de Graduação

Deve informar questões relacionadas: a evolução de matrículas por série, em cada curso; trancamento de matrículas; desistências-reprovações; tempo médio para a conclusão do curso; projetos de ensino; monitorias; modalidades de estágios e iniciação profissional dos alunos; modalidades dos trabalhos de conclusão de curso (TCC); relação candidato-vaga no vestibular; modalidade de aulas (prática-teórica); atividades complementares exercida pelos alunos, etc. Enfim, dados que retratam o andamento da vida institucional ligada ao ensino de Graduação e de Pós-Graduação da UNIOESTE.

Com relação à auto-avaliação, no caso específico da Pró-Reitoria de Graduação, é importante uma análise cuidadosa dos dados do último relatório relativos ao ensino.

A **Diretoria de Concursos Vestibulares** deve, especificamente, realizar um diagnóstico acerca da metodologia utilizada, pela UNIOESTE, nos seus vestibulares referentes aos anos de 2003 e 2004. Também deve avaliar o seu trabalho no que tange a questões como: Discussão sobre a questão das cotas (tema hoje muito debatido no meio acadêmico), vestibular indígena, vestibular para educadores do campo (as chamadas políticas afirmativas). Este trabalho ficará sob a responsabilidade da Direção de concursos.

3.1.5b. A Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação

Deve fornecer dados relativos: A titulação docente; projetos de pesquisa em desenvolvimento; projetos de pesquisa com financiamento de agências de fomento; bolsas de iniciação científica; docentes em processo de titulação (afastados ou não);

cursos de Pós-Graduação (gratuitos ou pagos); número de concluintes nestes cursos; grupos de pesquisa cadastrados; linhas de pesquisa cadastradas; convênios com instituições de pesquisa; etc.

Com relação à auto-avaliação, no caso específico da Pró-Reitoria de Pesquisa, é importante uma análise cuidadosa dos dados do último relatório relativos a Pesquisa e a Pós-Graduação.

3.1.5c. A Pró-Reitoria de Extensão

Deve fornecer dados relativos a: Projetos de extensão em desenvolvimento; programas de extensão em desenvolvimento; projetos de extensão com apoio financeiro; bolsas de apoio para acadêmicos; cursos de extensão; prestações de serviço; convênios com outras instituições e organizações da sociedade civil; promoção de eventos; atividades artístico-culturais e esportivas encaminhadas, etc.

Com relação à auto-avaliação, no caso específico da Pró-Reitoria de Extensão, é importante uma análise cuidadosa dos dados do último relatório relativos a Extensão.

3.1.5d. A Pró-Reitoria de Administração e Planejamento

Deve fornecer dados relativos: As Previsões orçamentárias e realizações/destinações dos recursos no interior da UNIOESTE; fonte e volume de recursos financeiros que entraram na universidade (Tesouro do Estado; convênios; bolsas de apoio à pesquisa e à extensão; monitorias; iniciação científica; etc); utilização dos recursos; especificadamente: passagens; estadias; combustível; alimentação; aquisição de bibliografias. Também é necessário que se especifique as fontes de arrecadação, demonstrando, por exemplo, a folha de pagamento, inclusive o gasto com FGs e CCs. Dados relativos aos anos de 2003 e 2004.

Com relação à auto-avaliação, no caso da Pró-Reitoria de Administração e Planejamento, é importante uma análise cuidadosa dos dados relativos ao planejamento Estratégico da UNIOESTE de 2000 e dos dados, diagnóstico, que aparecem no último relatório de avaliação da UNIOESTE, por nós sistematizado.

Ainda, por parte desta pró-Reitoria, cabe uma análise cuidadosa acerca do efetivo papel desta pró-Reitoria no que tange ao Planejamento da UNIOESTE. De que forma isto tem acontecido no interior desta Pró-Reitoria? Quem efetivamente tem feito este trabalho?

O Grupo de Planejamento e Controle – GPC - deve fornecer dados tais como: PIADs (Planos Individuais de Atividades Docentes); IACs (Índice de Atividades dos Centros); elaboração da proposta orçamentária; orçamento da UNIOESTE; regime de trabalho e horas de trabalho de cada docente, por Centro e Coordenação de curso; (para trabalhos de ensino, pesquisa e extensão); etc.

O Grupo de Planejamento e Controle deverá efetuar também uma auto-avaliação de seus trabalhos até agora realizados. Apontando as propostas de atuação e as atividades realizadas entre os anos de 2003 e 2004. Análises feitas, principalmente, tendo como pano de fundo o planejamento Estratégico da UNIOESTE e os dados, diagnóstico, que aparecem no último relatório de avaliação da UNIOESTE, por nós, sistematizado.

No caso específico do GPC é importante uma análise cuidadosa acerca do efetivo papel deste setor no que tange ao planejamento da UNIOESTE; e não especificamente no que tange ao acompanhamento financeiro da instituição. De que forma isto tem acontecido no interior deste setor? Quem efetivamente realiza este trabalho?

Este trabalho ficará sob a responsabilidade da chefia do GPC.

A **Diretoria de recursos Humanos** deve fornecer dados que se reportam: a remuneração dos docentes e técnicos da UNIOESTE, por setor; formação dos técnicos; admissões, demissões, afastamentos (dos docentes e técnicos); cursos de capacitação; etc. A Diretoria de Recursos Humanos deverá efetuar também uma auto-avaliação dos trabalhos até agora realizados. Apontando as propostas de atuação e as atividades implementadas. Os anos de 2003 e 2004 devem servir de base para este trabalho.

No caso específico da Diretoria de Recursos Humanos é importante uma análise cuidadosa acerca do relatório, citado, mais especificamente no que se refere aos itens: Ambiente e relações institucionais. Bem como ao item Comunicação.

A **Diretoria de Informática** deve encaminhar dados referentes aos programas implementados, na UNIOESTE, entre os anos de 2003 e 2004. Bem como deve efetuar uma auto-avaliação acerca das metas previstas e realizações. Trabalho sob responsabilidade da Direção do setor de informática.

3.1.6. As Assessorias: Jurídica – De Convênios e Captação de Recursos – De Comunicação Social

As Assessorias devem encaminhar dados, referentes a 2003 e 2004, acerca dos trabalhos efetuados (de forma a que se possa visualizar as atividades realizadas por estas respectivas assessorias). Bem como construir relatórios onde apontem as metas de trabalho, as principais dificuldades enfrentadas no dia a dia, e os avanços conquistados.

Estes dados devem ser entregues para as Comissões Setoriais de Avaliação Institucional da UNIOESTE. Que por sua vez realizarão sistematizações destes dados e as repassarão para a Comissão Central Permanente de Avaliação.

3.1.7. A Editora e Gráfica Universitária

Deve encaminhar dados referentes aos trabalhos efetuados, mais especificamente, entre os anos de 2003 e 2004. Também devem realizar uma auto-avaliação, apontando metas, dificuldades e avanços.

Estes dados devem ser entregues para as Comissões Setoriais de Avaliação Institucional da UNIOESTE. Que por sua vez realizarão sistematizações destes dados e as repassarão para a Comissão Central Permanente de Avaliação.

3.1.8. O Protocolo

Deve informar dados acerca do funcionamento deste setor (número de funcionários, estrutura do setor), entre os anos de 2003 e 2004. Apontando, também, as metas, dificuldades e avanços obtidos na execução de suas atividades.

Estes dados devem ser entregues para as Comissões Setoriais de Avaliação Institucional da UNIOESTE. Que por sua vez realizarão sistematizações destes dados e as repassarão para a Comissão Central Permanente de Avaliação.

3.1.9. A Divisão de Serviços

Deve encaminhar dados sobre a estrutura do respectivo setor, número de pessoal, além de consolidar relatório onde apareçam metas, dificuldades e avanços obtidos na realização dos trabalhos.

Estes dados devem ser entregues para as Comissões Setoriais de Avaliação Institucional da UNIOESTE. Que por sua vez realizarão sistematizações destes dados e as repassarão para a Comissão Central Permanente de Avaliação.

3.1.10. Os Centros e Coordenações de Curso

As Direções de Centro e as Coordenações de curso da UNIOESTE devem efetuar a auto-avaliação de suas respectivas propostas de trabalho e realizações até o presente momento, tendo em vista suas atribuições nas respectivas instâncias institucionais. Também devem apontar a situação dos respectivos Centros ao assumirem. De que forma estas instâncias têm planejado suas atividades no interior da UNIOESTE? Quais avanços e estrangulamentos existem no interior da instituição para a concretização dos propósitos de trabalho? Como têm se dado, a relação entre os Centros e Coordenações, no interior da UNIOESTE? Quais e quantos eventos foram propostos e realizados? Etc.

Estes dados devem ser entregues para as Comissões Setoriais de Avaliação Institucional da UNIOESTE. Que por sua vez realizarão sistematizações destes dados e as repassarão para a Comissão Central Permanente de Avaliação.

3.1.11. As Direções de Campus

As atuais equipes que estão à frente das Direções de Campus da UNIOESTE devem efetuar uma auto-avaliação, mais especificamente no que tange às questões de cunho administrativo-financeiro. Questões tais como: Provisão de recursos financeiros em cada Campi; RDO; convênios e construções; relação com as Direções de Centro e Coordenações de curso; política de pessoal; etc. Também devem apontar suas propostas e realização até o presente momento, no interior da UNIOESTE. Sua relação com a administração superior, bem como as relações entre os Campi da UNIOESTE.

As secretarias: acadêmica, financeira e administrativa devem auxiliar neste trabalho, repassando informações acerca de suas atividades.

Os dados devem ser repassados para as Comissões Setoriais de Avaliação da UNIOESTE. Que sistematizarão os dados e os repassarão para a Comissão Central de Avaliação.

3.1.12. A Avaliação do Hospital Universitário

O HU, por intermédio da Comissão Setorial de Avaliação, será avaliado, tanto numa perspectiva quantitativa, observando-se dados como: número de leitos; número de internações; atendimentos (ambulatoriais, etc); realização de estágios por parte dos acadêmicos dos cursos da área da saúde; aspectos financeiros e administrativos tais

como: estrutura regimentar e setores que compõe o Hospital, etc. Estes dados devem ser coletados pela Comissão Setorial de Avaliação. Tomando como base os anos de 2003 e 2004.

Também deve ser efetuado trabalho de auto-avaliação por parte dos técnicos e docentes, no que tange a efetiva utilização do Hospital Universitário. Esta avaliação deve ser realizada por setores que compõe o HU, ficando sob responsabilidade das chefias dos respectivos setores, a sua realização. Acompanhadas pela Comissão Setorial de Avaliação.

Esta auto-avaliação, principalmente por parte dos docentes, deve levar em conta a “dupla condição” de utilização do HU: uma onde o profissional ocupa o Hospital enquanto funcionário deste (quando é o caso), e outra onde este mesmo profissional ocupa o hospital enquanto professor de um curso da área da saúde.

Não deve ser esquecido o fato de que a avaliação das dez dimensões, elencadas pelos SINAES, que será efetuada por docentes e discentes dos cursos da área da saúde, que mais efetivamente utilizam o Hospital universitário, será realizada por cursos (colegiados), conforme está previsto neste projeto. Estas avaliações devem levar em conta a utilização do Hospital Universitário.

3.2. Rediscussão interna acerca dos indicadores

Todos estes relatórios, bem como os indicadores quantitativos consolidados e repassados às Comissões Setoriais de Avaliação da UNIOESTE (que efetuarão as sistematizações dos dados recebidos); serão repassados a Comissão Central Permanente de Avaliação da UNIOESTE; que efetuará uma última sistematização.

O resultado dos trabalhos, então, será apresentado à comunidade acadêmica por intermédio de fóruns, por Campi. Como forma de devolver a comunidade os apontamentos feitos, bem como forma de possibilitar momentos de reflexão acerca destes apontamentos.

Somente após este momento será efetuado, pela Comissão Central Permanente de Avaliação da UNIOESTE, o relatório “definitivo”, concernente a este momento auto-avaliativo vivido pela UNIOESTE. Relatório que será encaminhado ao MEC até o mês de maio de 2006.

3.3. Avaliação Externa da UNIOESTE

Todo processo avaliativo deve estar intrinsecamente ligado, em termos de responsabilidade e apontamentos, a própria instituição que o realizou. Neste sentido entendemos que o processo de auto-avaliação é fundamental, mas não pode ser visto como um processo definitivo e acabado. Da mesma forma o processo de avaliação externa, que complementa os apontamentos efetuados pela comunidade acadêmica, não pode ter peso definitivo sobre a instituição. Mas apenas servir como complemento que mediatize os interesses e valores presentes na análise que ocorre no interior da universidade. Servindo, portanto, a avaliação externa, como elemento que, respeitando as características e a fase atual de desenvolvimento da UNIOESTE, contribua com um olhar mais isento acerca dos processos vividos no interior da instituição.

Atualmente o Conselho Estadual de Educação do Estado do Paraná têm se posicionado frente a CONAES (Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior), na perspectiva de elaborar o processo de avaliação externa das universidades do Estado do Paraná. Entendemos como positivo este processo, tendo em vista que os representantes do Conselho Estadual de Educação têm, com certeza, mais aprofundado conhecimento acerca das realidades institucionais de cada uma das universidades públicas do Paraná. Neste sentido a avaliação externa da IES deve dar-se, assim esperamos, com o intuito de colaborar com apontamentos propositivos para a melhoria da atividade institucional de cada universidade de nosso Estado.

Esta avaliação externa deve resultar em uma, posterior, reavaliação por parte da comunidade acadêmica da UNIOESTE. Que a partir deste momento, tendo posse dos apontamentos, interno e externo, pode vislumbrar e discutir então a proposta de ações para a melhoria das práticas institucionais.

Mesmo que, no atual momento, a avaliação externa esteja sendo encaminhada, pelo SINAES, como um processo posterior e isolado (pois deste trabalho sairá um relatório específico sobre cada instituição), da auto-avaliação e dos respectivos relatórios que serão construídos após o processo de auto-avaliação, entendemos que é preciso que a comunidade da UNIOESTE tenha em mãos os resultados desta

avaliação externa para poder efetuar as discussões no interior da universidade sobre os rumos a seguir.

A UNIOESTE, referendada pelo seu Conselho Universitário (COU), entende que com relação aos avaliadores externos seja necessária a consolidação de critérios que estabeleçam os perfis destes avaliadores. Tendo em vista que cada curso possui um horizonte epistemológico-metodológico específico. Que não será compreendido a contento por avaliadores embasados em referenciais que conflitem com os do proposto por estes respectivos cursos.

3.4. Cronograma de atividades

Agosto a dezembro de 2004: Nomeação do Assessor de Avaliação Institucional da UNIOESTE. A partir disso, consolidação das CPAs (Comissões Setoriais de Avaliação da universidade), por Campi, na Reitoria, no Hospital Universitário; bem como consolidação da CPA (Comissão Central Permanente de Avaliação) da UNIOESTE, conforme prevê a RESOLUÇÃO 028/2004-COU. Consolidação da participação, por parte do Assessor de avaliação da UNIOESTE, frente à Comissão Especial de Avaliação, criada pelo Decreto Estadual nº 2856. Localização e leitura dos documentos sobre avaliação: SINAES; Diretrizes para a Avaliação das Instituições de Educação Superior. Leitura dos trabalhos de avaliação anteriormente realizados na UNIOESTE, bem como a sistematização do último relatório de avaliação, efetuado pela equipe do professor Silvio Colognese, no ano de 2002. Leitura de textos sobre avaliação: O livro “Avaliação Democrática”, coordenado pelos professores Dilvo Ristoff e José Dias Sobrinho, o livro “A Universidade no Século XXI: Para uma reforma democrática e emancipatória da Universidade”, do professor Boaventura de Souza Santos, o livro “Lãs Universidades em América Latina: Reformadas o Alteradas?: la Cosmética Del Poder Financeiro”, coordenado por Marcela Mollis, do Conselho Latino Americano de Ciências Sociais. Reuniões de “conscientização”, da comunidade acadêmica, sobre a questão da avaliação institucional: por intermédio de encontros com Diretores de Campus, Diretores de centro, Coordenadores de Curso, acadêmicos e Técnico-administrativos; bem como através de reuniões com a própria administração superior da UNIOESTE.

Elaboração de folders e cartazes para o trabalho de “conscientização”, a ser efetuado no ano de 2005.

Fevereiro a Março de 2005: Construção do Projeto de Avaliação Institucional da UNIOESTE; encaminhamento do Projeto de Avaliação para análise e apontamentos, por parte da comunidade acadêmica, sobre o mesmo; apreciação pelo COU – Conselho Universitário – e encaminhamento do projeto de Avaliação ao ministério da Educação - MEC.

Abril de 2005: Elaboração do cronograma de trabalho, com as datas, por parte das Comissões Setoriais de Avaliação da UNIOESTE, frente ao processo de auto-avaliação a ser encaminhado junto à comunidade acadêmica, nas suas várias instâncias (Pró-Reitorias, Coordenações de Curso, Assessorias da Reitoria, etc) apontadas pelo projeto de avaliação institucional.

Mai a Setembro de 2005: Realização do processo auto-avaliação por parte da comunidade acadêmica da UNIOESTE. Encaminhamento dos diagnósticos efetuados pelas Pró-Reitorias, GPC, Diretoria de Recursos Humanos, etc, bem como sistematização e envio dos relatórios acerca da auto-avaliação feita pela comunidade acadêmica da UNIOESTE, às Comissões Setoriais de Avaliação. Realização dos fóruns, por Campi, na perspectiva da “conscientização” acerca da importância da participação da comunidade acadêmica diante do processo de auto-avaliação.

Outubro de 2005: Sistematizações, por parte das Comissões Setoriais de Avaliação, dos relatórios e dados fornecidos pela comunidade acadêmica. Juntada dos documentos e materiais. Encaminhamento destes documentos e das sistematizações, efetuadas, para a Comissão Central permanente de Avaliação da UNIOESTE.

Novembro a Dezembro de 2005: Sistematização, por parte da Comissão Central permanente de Avaliação da UNIOESTE, dos relatórios e dados recebidos.

Fevereiro a Março de 2006: Realização dos fóruns, por Campi, para a apresentação a comunidade acadêmica, dos apontamentos efetuados por esta

mesma comunidade acadêmica, sobre as dimensões de avaliação. Início da sistematização do relatório de avaliação da UNIOESTE.

Abril de 2006: Consolidação do relatório de avaliação da UNIOESTE.

Mai de 2006: Encaminhamento ao Conselho Universitário - COU, para apreciação, do relatório da avaliação institucional da UNIOESTE. Envio do relatório de avaliação ao Ministério da Educação - MEC.

3.5. A questão dos recursos necessários aos trabalhos de avaliação institucional na UNIOESTE

É importante salientar o fato de que não é possível a implementação de um trabalho, efetivo, de avaliação no interior da UNIOESTE, sem os recursos, materiais e financeiros, mínimos, necessários para a implementação do planejamento e consecução das atividades ligadas a avaliação.

Quando falamos de recursos, nos reportamos também à estrutura funcional; já que dificilmente o assessor de avaliação poderá realizar um trabalho isoladamente.

Com relação a isso, na própria estrutura da universidade, aprovada, consta a função de uma secretaria para auxiliar o Assessor de avaliação nas suas tarefas. O que consideramos de fundamental importância, tendo em vista a responsabilidade e o volume de trabalho que envolve as atividades de avaliação; principalmente em uma universidade *multicampi* como a nossa.

BIBLIOGRAFIA:

CATANI, Afrânio Mendes (Organizador). **Novas Perspectivas nas Políticas de Educação Superior na América Latina no Limiar do Século XXI**. Campinas, SP: Autores Associados, 1998.

COLOGNESE, Silvio Antonio. **Avaliar para planejar a melhoria da qualidade: Projeto de Avaliação Institucional da Unioeste**. Pesquisa, redação e revisão de Silvio Antonio Colognese. Cascavel: EDUNIOESTE, 2002.

COLOGNESE, Silvio Antonio. **Avaliação: desafios para o Planejamento Institucional: relatório de Avaliação Institucional da UNIOESTE**. Cascavel: EDUNIOESTE, 2003.

COMISSÃO ESPECIAL DE AVALIAÇÃO. **SINAES: Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior. Bases para uma nova proposta de avaliação da Educação Superior Brasileira**. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2003.

EMER, Ivo Oss (Organizador). **Avaliação Institucional da Unioeste**. Cascavel: Edunioeste, 1998.

EMER, Ivo Oss. **Avaliação Institucional da Unioeste**. Cascavel: Edunioeste, 1998.

MOLLIS, Marcela (organizadora). **Las Universidades em América Latina: reformadas o alteradas? La cosmética Del poder financiero**. 1ª edição. Buenos Aires: Clacso, 2003. 224 p.

SANTOS, Boaventura de Souza. **A universidade no século XXI: para uma reforma democrática e emancipatória da universidade**. São Paulo: Cortez, 2004.

SOBRINHO, José Dias, RISTOFF, Dilvo I (Organizadores). **Avaliação Democrática: Para uma Universidade Cidadã**. Florianópolis: Insular, 2002.

TEIXEIRA, Instituto nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio. **SINAES: Sistema nacional de Avaliação da Educação Superior: da concepção à regulamentação/ / - 2ª ed., ampl. – Brasília: Instituto nacional de estudos e pesquisas educacionais Anísio Teixeira, 2004.**

ANEXOS

ANEXO 1 -

Sugestões para as discussões-análises, que devem ser feitas pelos docentes, discentes e pelos técnicos-administrativos, sobre as dez dimensões da auto-avaliação.

O que se espera é que as questões elencadas sirvam de orientação para as efetivas discussões, por parte da comunidade acadêmica, acerca dos problemas, possibilidades e soluções para o desenvolvimento da UNIOESTE.

Cada categoria: Docentes, Discentes e Técnicos-Administrativos, deve utilizar as sugestões se entenderem que auxiliarão no seu trabalho. Além disso, cremos que devem discutir as dimensões que estão, obviamente, ligadas às suas atividades e compromissos no interior da instituição.

ITEM 1 – A MISSÃO E O PLANO DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL

Conhecimento dos objetivos e finalidades, missão, da UNIOESTE

Conhecimento do Planejamento Institucional (Por uns conhecido por Planejamento Estratégico, por outros conhecido por PDI – Plano de Desenvolvimento Institucional) da UNIOESTE

Adequação das ações e práticas institucionais com o Planejamento Institucional da UNIOESTE

Realização periódica de processos de revisão e modificação, por parte da comunidade acadêmica, acerca dos objetivos e finalidades da UNIOESTE

Conhecimento da existência de discussões acerca da construção do Projeto Pedagógico Institucional (PPI) da UNIOESTE: que trabalha com as políticas de formação, de implementação de cursos de graduação e de pós-graduação, na Universidade

Importância atribuída aos Planejamentos consolidados no interior da UNIOESTE

ITEM 2 – POLÍTICA DE ENSINO, PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO, EXTENSÃO E NORMAS DE OPERACIONALIZAÇÃO – ESTÍMULO À PRODUÇÃO ACADÊMICA, BOLSAS DE PESQUISA, MONITORIA E OUTRAS MODALIDADES.

ENSINO

Discussões periódicas acerca das Diretrizes Curriculares Nacionais

As Diretrizes curriculares nacionais servem de base para os projetos Político-Pedagógicos (PPPs), dos cursos?

Há participação dos colegiados na construção do projeto pedagógico do curso?

Formação profissional no curso: Há preocupação com a cultura humanista?

Forma de utilização, no curso, da flexibilidade curricular ? Você sabe o que isto significa?

Como é praticada a interdisciplinaridade, se é, no curso? Existe trabalho conjunto, por exemplo, entre disciplinas e professores?

A perspectiva da Formação Continuada existe, efetivamente, no PPP do curso?

A Formação é generalista ou técnico-pragmática?

Existe uma prática de formação em pesquisa, no curso?

Qual concepção de universidade o curso consolida? Ex: Voltada para a formação de recursos humanos? Há preocupação social?

Qualidade do(s) curso(s) de graduação em que leciona?

Satisfação em relação à estrutura curricular (de disciplinas) do(s) curso(s) de graduação em que atua?

Periodicidade com que são feitas revisões e atualizações dos currículos?

Existência de equipes responsáveis pelo processo de revisão dos currículos?

Metodologia utilizada para efetuar a revisão dos currículos?

Esclarecimento dos critérios norteadores das atualizações curriculares?

Conhecimento do projeto político pedagógico do(s) curso(s) em que atua?

Relação entre os Programas adotados nos cursos e o Perfil profissional esperado?

Qualidade dos planos de ensino apresentados pelos colegas de curso?

Avaliações periódicas sobre os Planos de Ensino apresentados pelos membros dos Colegiados de Curso?

Clareza em relação as melhores alternativas metodológicas para o desenvolvimento do ensino-aprendizagem nas suas aulas?

Avaliações periódicas acerca das alternativas metodológicas para o desenvolvimento do ensino-aprendizagem nas aulas?

Formas de avaliação utilizadas nas disciplinas para “medir” os níveis de aprendizagem dos alunos?

Avaliações periódicas sobre os critérios de avaliação utilizados para “medir” os níveis de aprendizagem dos alunos?

Mecanismos adotados no(s) curso(s) para a definição dos conteúdos a serem tratados em cada disciplina?

Inovação realizada a cada ano para o desenvolvimento das disciplinas?

Relação entre reprovações e aprovações de alunos nas disciplinas?

Nível de formação dos alunos que ingressam na UNIOESTE?

Nível de formação atingido pelos alunos que estão concluindo os cursos da UNIOESTE?

Dedicação acadêmica dos acadêmicos?

Capacidade manifestada pelos acadêmicos para a leitura de textos científicos durante o curso de graduação?

Qualificação dos alunos para a escrita de trabalhos científicos durante o curso de graduação?

Capacidade manifestada pelos alunos para a elaboração de monografia e/ou trabalho de conclusão de curso?

Oportunidade de iniciação dos alunos em bolsas de monitoria no(s) curso(s) em que atua?

Oportunidades de treinamento e inserção no mercado de trabalho, oferecidas pelo(s) curso(s) em que atua?

Medidas adotadas para a melhoria da qualidade do ensino no curso em que atua?

Medidas adotadas para aprimorar a metodologia das aulas nas disciplinas do curso?

Medidas adotadas para aprimorar a avaliação dos alunos nas disciplinas do curso?

Satisfação em relação ao regime de oferta dos cursos na UNIOESTE?

Condições dos alunos para a dedicação ao curso de graduação?

Tempo dedicado ao planejamento e avaliação constantes do andamento das disciplinas?

Iniciativa dos alunos para a complementação de sua formação acadêmica?

Pauta de assuntos tratados nas reuniões de colegiados de curso e sua relação com as atividades de ensino?

Mudanças efetivamente realizadas no ensino a partir das decisões tomadas nas reuniões de colegiado de curso?

Comprometimento efetivo dos docentes com a qualificação dos cursos de graduação em que atua?

Conhecimento da situação dos alunos que já concluíram o curso?

Satisfação em relação à implementação de novos cursos de graduação na UNIOESTE?

Satisfação com relação à Implantação de cursos de graduação, fora dos campi, da UNIOESTE?

PESQUISA

Relação entre a produção científica da UNIOESTE e sua missão?

Produção Científica na UNIOESTE e sua relação com as necessidades, demandas, sociais, regionais?

Participação em grupos de pesquisa na UNIOESTE?

Participação em Grupos de Pesquisa em outras instituições de Ensino Superior?

Acesso a fontes de financiamento de pesquisas?

Formas de divulgação da produção científica, na UNIOESTE?

Formas de divulgação da produção artística, cultural, da comunidade acadêmica?

Cooperação entre os docentes para o desenvolvimento da pesquisa na UNIOESTE?

Apoio institucional para a divulgação de trabalhos científicos da UNIOESTE, em eventos de caráter nacional?

Apoio institucional para a divulgação de trabalhos científicos da UNIOESTE, em eventos de caráter internacional?

Política institucional de auxílio à formação de novos pesquisadores?

Apoio, sob forma de verbas por parte de agências de fomento, para desenvolvimento de grupos de pesquisa na UNIOESTE?

Processos institucionais de controle e registro da produção e do desenvolvimento das atividades dos pesquisadores da UNIOESTE?

Órgão(s) responsável(eis), na UNIOESTE, pelo fomento das relações internacionais e interinstitucionais?

Condições existentes para o desenvolvimento da pesquisa na UNIOESTE?

Participação dos alunos de graduação no desenvolvimento da pesquisa?

Participação de funcionários da UNIOESTE no desenvolvimento da pesquisa?

Participação em eventos científicos com apresentação de trabalhos?

Valorização do pesquisador no ambiente universitário da UNIOESTE?

Valorização da pesquisa no ambiente universitário da UNIOESTE?

Tramitação e acompanhamento dos projetos de pesquisa na UNIOESTE?

Importância da pesquisa desenvolvida na UNIOESTE para a sociedade?

Eventos científicos promovidos pela UNIOESTE?

Políticas e mecanismos de incentivo à participação de alunos de graduação nas atividades de pesquisa?

Divulgação da existência de órgãos, governamentais ou não, de fomento à pesquisa; e de procedimentos para obtenção de financiamento à pesquisa?

Incentivo para a criação e manutenção de grupos de pesquisa?

Relação entre a pesquisa e o ensino desenvolvidos na UNIOESTE?

Relação entre a pesquisa e a extensão desenvolvidas na UNIOESTE?

Conhecimento dos objetivos institucionais de pesquisa na Unioeste?

Oferta de bolsas de iniciação científica na UNIOESTE?

PÓS-GRADUAÇÃO

Políticas de implementação de cursos de pós-Graduação (*latu e strictu sensu*) na UNIOESTE?

Apoio institucional para o desenvolvimento das atividades de Pós-Graduação?

Preocupação da UNIOESTE em desenvolver cursos de Pós-Graduação que atendam as demandas da comunidade regional?

Avaliações periódicas, internas, dos cursos de Pós-Graduação desenvolvidas na UNIOESTE?

Relação entre os cursos de Pós-Graduação implementados, ou em fase de implementação, com as atividades de ensino, na UNIOESTE?

Políticas de auxílio financeiro, interna e externamente a UNIOESTE, para a efetivação e funcionamento dos cursos oferecidos?

Avaliações da CAPES sobre os cursos de Pós-Graduação da UNIOESTE?

Políticas de qualificação e titulação docente?

Recursos financeiros dispendidos pela UNIOESTE em atividades de pesquisa?

Relação entre as pesquisas desenvolvidas nos cursos de Pós-Graduação e as áreas de interesse dos cursos?

EXTENSÃO

Conhecimento da Política de Extensão da UNIOESTE?

Apoio institucional para o desenvolvimento das atividades de extensão da UNIOESTE?

Vínculo entre as atividades de extensão da UNIOESTE e demandas da comunidade regional?

Avaliações periódicas, internas, das atividades de extensão desenvolvidas na UNIOESTE?

Relação entre atividades de extensão e atividades de ensino na UNIOESTE?

Relação entre atividades de extensão e atividades de pesquisa na UNIOESTE?

Políticas de fomento para as atividades de extensão da UNIOESTE?

Relação entre as atividades de extensão e a missão da UNIOESTE?

Cooperação entre os docentes para o desenvolvimento das atividades de extensão?

Participação de alunos de graduação no desenvolvimento das atividades de extensão?

Participação dos funcionários da UNIOESTE no desenvolvimento de projetos e atividades de extensão?

Participação em projetos coletivos e/ou grupos envolvidos em atividades de extensão?

Participação em eventos de extensão, com apresentação de trabalhos?

Divulgação das atividades de extensão realizadas?

Valorização da extensão no ambiente universitário da UNIOESTE?

Formas de aprovação e acompanhamento dos projetos de extensão da UNIOESTE?

Eventos de extensão promovidos pela UNIOESTE?

Produção intelectual gerada por ações de extensão?

Quantidade de bolsas, etc, ofertadas para as atividades de extensão, na UNIOESTE?

Recursos financeiros dispendidos pela UNIOESTE em ações de extensão?

Existência de bolsas para atividades de extensão na UNIOESTE?

ITEM 3 - A RESPONSABILIDADE SOCIAL DA INSTITUIÇÃO, CONSIDERADA ESPECIALMENTE NO QUE SE REFERE À SUA CONTRIBUIÇÃO EM RELAÇÃO À INCLUSÃO SOCIAL, DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL, DEFESA DO MEIO AMBIENTE, MEMÓRIA CULTURAL, PRODUÇÃO ARTÍSTICA E PATRIMÔNIO CULTURAL.

Políticas adotadas pela instituição para ampliar o acesso de acadêmicos, jovens?

Políticas adotadas pela instituição para ampliar o acesso de acadêmicos portadores de necessidades especiais?

Ações desenvolvidas pela Universidade no sentido da inclusão, e assistência, a setores e grupos sociais tradicionalmente discriminados?

Contribuição da UNIOESTE para o desenvolvimento técnico-científico e cultural, regional?

Atividades institucionais e suas relações com a sociedade?

Avaliações periódicas acerca da vinculação das atividades universitárias com a sociedade circunvizinha a UNIOESTE?

Avaliações periódicas acerca da relação entre as atividades Universitárias com a sociedade e as finalidades, objetivos, da instituição?

Existência de políticas de inclusão de estudantes em situação econômica desfavorável?

Política de contratação de pessoal – docentes e técnico-administrativos – com necessidades especiais?

Relação entre a UNIOESTE e setores, empresariais, produtivos, da sociedade?

Existência de ações de promoção da cidadania e de atenção a setores sociais mais fragilizados?

Política de promoção de incubadoras de empresas, e de empresas júnior, na UNIOESTE?

Políticas para a promoção de captação de recursos, na UNIOESTE?

Formação de docentes para atuação na educação básica?

ITEM 4 – COMUNICAÇÃO COM A SOCIEDADE

Eficácia dos meios de comunicação internos (murais, cartazes, etc) utilizados pela UNIOESTE?

Utilização dos meios de comunicação, externos, utilizados pela UNIOESTE (Ex.: Televisão, rádio, etc)?

Serviço de ouvidoria na UNIOESTE?

Fluxo de circulação de informações sobre a realidade institucional (recursos, estrutura)?

Fluxo de informações acerca dos objetivos e metas buscados pela UNIOESTE?

Existência de canais internos de recepção de sugestões, enviadas pela comunidade acadêmica, sobre as questões acadêmicas?

Encaminhamento dado às sugestões recebidas?

Existência de produção jornalística (jornais, revistas, etc.) no interior da UNIOESTE?

ITEM 5 – POLÍTICAS DE PESSOAL, CARREIRA DE CORPO DOCENTE E TÉCNICO -ADMINISTRATIVO. APERFEIÇOAMENTO, DESENVOLVIMENTO PROFISSIONAL E CONDIÇÕES DE TRABALHO.

Relação entre o número de docentes e técnico-administrativos e as demandas, funções, da instituição?

Mecanismos para seleção, contratação, dos docentes e técnico-administrativos?

Mecanismos de aperfeiçoamento e avaliação do corpo docente e técnico-administrativo?

Satisfação com relação ao trabalho que desempenha na UNIOESTE?

Satisfação com o trabalho, tendo em vista a formação, dos técnico-administrativos da UNIOESTE?

Existência de canais de discussão, institucionalizados, sobre o grau de satisfação da comunidade acadêmica, com as condições de trabalho?

Estímulo para a realização das funções docentes?

Política de assistência e promoção da qualidade de vida dos :docentes, discentes e técnico-administrativos, da UNIOESTE?

ITEM 6 – ORGANIZAÇÃO E GESTÃO DA INSTITUIÇÃO, FUNCIONAMENTO E REPRESENTATIVIDADE DOS COLEGIADOS, INDEPENDÊNCIA E AUTONOMIA NA RELAÇÃO COM A MANTENEDORA, E A PARTICIPAÇÃO DOS SEGMENTOS DA COMUNIDADE UNIVESITÁRIA NOS PROCESSOS DECISÓRIOS.

Organização e condução dos processos decisórios na UNIOESTE? S/ao descentralizados e democráticos?

Sistema de arquivos e registro dos procedimentos institucionais?

Grau de acesso às instruções normativas da UNIOESTE (Estatutos, Regimento, Organograma, Regulamentos internos, normas acadêmicas e outros)?

Conhecimento sobre a hierarquia de cargos e funções (inclusive relacionadas às FGs, CCs, etc) e a dinâmica de funcionamento da UNIOESTE?

Grau de acesso às instâncias colegiadas da UNIOESTE?

Autonomia funcional da UNIOESTE frente ao Governo do Estado?

Distribuição orçamentária, por parte do Governo de Estado do Paraná, em relação às Universidades Estaduais?

Prioridade existente, por parte do Governo de Estado, frente ao ensino superior público do Paraná?

ITEM 7 - INFRA-ESTRUTURA FÍSICA, ESPECIALMENTE A DE ENSINO E DE PESQUISA, BIBLIOTECA, RECURSOS DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO.

Relação entre a quantidade de laboratórios e o número de cursos e de acadêmicos na UNIOESTE?

Espaço físico e sua relação com as atividades acadêmicas realizadas?

Nível de funcionalidade dos laboratórios e bibliotecas da UNIOESTE?

Estado de conservação dos laboratórios e bibliotecas da UNIOESTE?

Iluminação, refrigeração, acústica e limpeza dos laboratórios e bibliotecas da UNIOESTE?

Relação entre horário de funcionamento das bibliotecas da UNIOESTE e as necessidades dos estudantes?

A organização e o volume dos livros disponíveis nas bibliotecas da UNIOESTE?

Disponibilidade da bibliografia obrigatória, que consta no Programa das disciplinas, em relação à demanda existente?

Grau de satisfação com relação ao acesso aos laboratórios e bibliotecas da UNIOESTE?

Aquisição periódica de equipamentos necessários aos trabalhos acadêmicos na UNIOESTE?

Adequação e adaptação da estrutura física da UNIOESTE para os estudantes com necessidades especiais?

Adequação entre a quantidade dos equipamentos de informática existentes e o número de alunos, docentes e técnicos da UNIOESTE?

Informatização de serviços, tais como busca e empréstimo de livros, na UNIOESTE?

Informatização interligada entre as bibliotecas, dos Campi, da UNIOESTE?

Fomento para aquisição de novos materiais para a UNIOESTE?

ITEM 8 – PLANEJAMENTO E AVALIAÇÃO, ESPECIALMENTE EM RELAÇÃO AOS PROCESSOS, RESULTADOS E EFICÁCIA DA AUTO-AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL

Existe um planejamento das atividades da UNIOESTE? Como funciona?

O planejamento incorpora ações para a melhoria contínua? Existe relação entre a avaliação e o planejamento?

Existia, na UNIOESTE, processos de avaliação, antes do SINAES? Você saberia responder como funcionavam?

Existe consenso, na UNIOESTE, sobre os objetivos do processo de auto-avaliação?

Os processos anteriores, e este, de auto-avaliação, permitiram gerar juízos críticos sobre a UNIOESTE?

O último relatório de auto-avaliação conseguiu comunicar bem as conclusões do processo de avaliação interna?

Houve modificações incluídas no planejamento de futuras atividades?

Houve divulgação interna do processo e dos resultados da avaliação interna?

ITEM 9 – POLÍTICAS DE ATENDIMENTO AOS ESTUDANTES

Políticas de acesso e permanência de estudantes na UNIOESTE, (casa do estudante, atendimento médico-odontológico, psicológico, etc)?

Políticas de fomento a participação dos estudantes em atividades de ensino (estágios, etc)?

Políticas de fomento a participação dos estudantes em atividades de iniciação científica?

Políticas de fomento a participação dos estudantes em atividades de extensão?

Políticas de fomento a participação dos estudantes em atividades de intercâmbio estudantil?

Utilização de mecanismos de estudo sobre ingressantes, evasão/abandono, tempo médio de conclusão dos cursos, etc, tendo em vista a melhoria das atividades educativas?

Acompanhamento de egressos?

Criação de oportunidades para a formação continuada?

Mecanismos de apoio acadêmico, tais como orientação para os estudantes que apresentam dificuldades acadêmicas e pessoais?

Regulamentação dos direitos e deveres dos estudantes?

Existência de indicadores que mostrem os resultados positivos obtidos pelos acadêmicos em seus cursos?

Normas para concessão de bolsas aos acadêmicos?

Políticas de incentivo a estagiários e intercâmbios, nacionais e internacionais?

Incentivo a práticas, de formação inicial, para futuros pesquisadores?

Fomento para projetos cultural-artísticos, aproveitando as potencialidades existentes dentre os acadêmicos da UNIOESTE?

ITEM 10 – SUSTENTABILIDADE FINANCEIRA, TENDO EM VISTA O SIGNIFICADO SOCIAL DA CONTINUIDADE DOS COMPROMISSOS NA OFERTA DA EDUCAÇÃO SUPERIOR

Há, no Planejamento Estratégico, ou no Plano de Desenvolvimento Institucional da UNIOESTE, relação entre as proposta de desenvolvimento e o orçamento previsto?

Há relação entre os cursos oferecidos e as verbas arrecadadas para tal?

Existe um regulamento que disciplina as relações trabalhistas na UNIOESTE? Ele é, efetivamente, respeitado?

Há política de utilização do espaço físico para atualização e utilização das instalações para o atendimento das demandas das IES?

No orçamento da UNIOESTE existe previsão para capacitação do corpo docente e técnico-administrativo?

Existe controle efetivo entre as despesas efetivas e as correntes, de capital e de investimento?

Como é o repasse de recursos, a contra partida, por parte do governo Estadual e Federal, para a continuidade das atividades da UNIOESTE?

Qual o entendimento, por parte do Governo do Estado do Paraná, acerca do papel das Instituições de Ensino Superior Públicas, neste Estado?

Existem políticas, contra partida, por parte da Secretaria de Ciência, Tecnologia e Ensino Superior (SETI), do Estado do Paraná, para a manutenção e expansão da UNIOESTE?

